



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



Monte Carlo, 26 de julho de 2021.

Ofício nº 397/2021

Exmo. Sr. Vereador
DIRCEU DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Monte Carlo – SC.

Prezado Presidente

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me da presente para informar V. Exa, que neste mês, não nos será possível proceder a remessa dos balancetes no prazo regulamentar.

Em face da substituição dos sistemas informatizados, esta municipalidade está enfrentando, desde o mês de junho, atraso no processamento das informações contábeis e fiscais, o que levou inclusive à declaração de situação de anormalidade, reconhecida pela edição do Decreto n. 84, de 06 de julho de 2021 (em anexo).

Frise-se que a substituição do sistema informatizado partiu da própria empresa (Betha Sistemas) que provê os serviços do Município há mais de vinte anos, não sendo opcional a troca das plataformas.

Tão logo seja possível retomar as atividades normais, e processarmos a ampla gama de empenhos e pagamentos pendentes, estaremos encaminhando os balancetes respectivos, a esta Casa Legislativa.

Sendo o que havia, renovamos votos de consideração e apreço.

Cordialmente,

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



DECRETO Nº 84./2021, DE 06 DE JULHO DE 2021.

**“DECLARA SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE
NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE
PROCESSAMENTO DO MUNICÍPIO E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 104, incisos IX, X e XXVIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a troca de sistemas informatizados que instrumentam o banco de dados e os processos dos Departamentos de Compras e Licitações, Recursos Humanos, Contabilidade e Tesouraria, operados pela empresa Betha Sistemas;


Considerando que a troca destes sistemas, está ocorrendo nesta municipalidade, há mais de três semanas, sem que se tenha previsão para restabelecimento completo das atividades nestes respectivos setores e departamentos;

Considerando que a população de Monte Carlo, assim como o restante da população mundial, atravessa epidemia grave de COVID-19, sem que seja possível suspender parte considerável dos serviços ofertados pelo Poder Público, sem grave prejuízo da saúde e da sobrevivência dos Montecarlenses;

Considerando que há serviços e produtos de natureza essencial, que não podem mais aguardar a comutação dos sistemas mencionados, em face da urgência no pagamento dos fornecedores e prestadores de serviço, sob pena de suspensão das atividades e entregas programadas;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada o Secretário da Fazenda, e a Secretária de Administração a promover o pagamento de despesas consideradas essenciais, desde que o documento

| |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PUBLICADO MURAL MUNICIPAL |
| DATA <u>06/07/2021</u> |
| Assinatura Responsável  |
| RETIRADO |
| DATA <u>19/07/2021</u> |
| Assinatura Responsável  |





Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO



fiscal esteja disponível no Departamento de empenhos e contabilidade Compras e Licitações, mesmo sem o empenhamento da despesa.

Art. 2º. Consideram-se despesas essenciais, para os termos deste Decreto, as compras e contratos relativos à:

- I - Manutenção do sistema de saúde;
- II - Manutenção da educação pública;
- III - Serviços de segurança pública;
- IV - Gestão e manutenção do sistema de assistência social;
- V - Organização e funcionamento dos serviços internos das repartições públicas municipais;
- VI - Abastecimento da frota municipal;
- VII - Fornecimento de água, e da coleta e tratamento do esgoto sanitários;
- VIII - Coleta e destinação de resíduos domiciliares urbanos;
- IX - Manutenção da iluminação pública;
- X - Outros serviços e bens necessários ao atendimento da população de Monte Carlo, reputados de interesse relevante, pelo Secretário da Fazenda e a Secretária de Administração.

Art. 3º. Ao restabelecimento da normalidade dos serviços de processamento, deverá o Departamento Contábil, instrumentar o empenhamento das despesas pagas sob a licença outorgada por este Decreto, com cópia do instrumento normativo que reconheceu a situação de anormalidade.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Monte Carlo, 06 de julho de 2021.


SONIA SALLETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal